



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002857-48.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cheque**
 Exequente: **Simão Moreira Campos**
 Executado: **JOSIANE SILVA SOARES**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos à execução que está fundada em cheques.

A embargante admitiu a emissão das cártulas, mas ressaltou que isso se deu em decorrência de troca de automóvel que efetuou com a embargada, dando os títulos como parte do pagamento.

Esclareceu ainda que em razão de problemas no veículo que recebeu da embargada o devolveu ao genitor dela, recebendo de volta o seu, a despeito de ter-se envolvido em acidente.

A embargada, a seu turno, não refutou essa versão, seja quanto à devolução do automóvel que ficara de início com a embargante, seja quanto à entrega para a mesma daquele que recebera.

O quadro delineado conduz ao acolhimento dos embargos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isso porque restou incontroverso que a transação que rendeu ensejo à emissão dos cheques foi desfeita, com o retorno das partes ao status quo ante.

Discussões em torno de gastos porventura suportados pela embargada com o veículo que era da embargante (e que voltou a ela), bem como a respeito da indenização percebida pela mesma por sua colisão são irrelevantes.

Poderá a embargada postular por via própria os valores a que repute fazer jus, mas isso não se confunde com a execução dos cheques emitidos por negócio cancelado.

Por outras palavras, os títulos perderam os atributos que lhes eram inerentes e deixaram de representar débito contraído pela embargante em face da embargada.

Prosperam, portanto, os embargos apresentados.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTES** os embargos para declarar a inexigibilidade dos cheques exequendos e extinguir a execução.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, proceda-se à baixa dos autos digitais.

P.R.I.

São Carlos, 19 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**